

Renda do Programa Bolsa Família acumula queda

JUNIOR SANTOS/ARQUIVO TN



Renda proveniente do programa caiu 13,61%, em média, diz FGV

Estimativas utilizando a PNAD tradicional, mostram que entre 2014 e 2015, período em que recessão econômica e aceleração inflacionária andavam lado a lado, a renda proveniente do Bolsa Família caiu 13,61%, em média, para a população total, e 12,44% para os 5% mais pobres brasileiros. Essa queda no PBF entre os brasileiros mais necessitados contribuiu praticamente com a metade da queda de 14,22% da renda domiciliar per capita desse último grupo.

Utilizando dados provenientes da folha de pagamento do programa, a Fundação Getúlio Vargas calculou que depois de marcados ganhos reais per capita entre 2011 e 2014 de 20,82% o valor real do benefício do Bolsa Família por cada brasileiro caiu 13,39% entre dezembro de 2014 e de 2019. A variação ano a ano de poder de compra foi -14,19% em 2015, 0,76% em 2016, -1,87% em 2017, 2,53% em 2018 e -0,44% em 2019.

Esta sequência de quedas do programa em anos ímpares que correspondem a períodos pós eleitorais sugerem continuidade de uso do programa de acordo com o calendário das eleições. É importante ressaltar que

2019 leva em consideração o benefício adicional oferecido pelo governo somente para o mês de dezembro de 2019 diluído ao longo do ano. Porém, na realidade, esse benefício extra às famílias dobrou os gastos com a folha do programa somente nesse mês. Além disso, o governo não se comprometeu com esta prática nos próximos anos. Caso considerado o aumento integral na folha de dezembro nas estimativas da FGV, os ganhos reais seriam de 83,8% neste mês e perdas aproximadas de 8,1% nos demais 11 meses do ano. Entretanto, esse aumento na folha concentrado em apenas um mês

traz impactos de aumento de pobreza. Acreditamos que uma melhor solução seria diluir esse benefício ao longo do ano, oferecendo um acréscimo igual na folha de cada mês como um simples reajuste teria.

Diluição

De acordo com a escolha de diluição, as perdas de pobreza dos beneficiários poderiam ser menores, uma vez que o benefício impactaria o orçamento das famílias de forma equilibrada ao longo do ano e não estariam concentrados em apenas um mês (especialmente em Dezembro, época reconhecida por gastos extraordinários,

como contratação de empregos temporários associados ao Natal, 13º salário e benefício previdenciário). Este cenário de Natal com benefício excepcional e o resto do ano todo mais miserável teria como efeito um incremento de pobreza maior. Outro ponto é que o 13º benefício do Bolsa Família não afeta o critério de elegibilidade ao programa, o que reduz o seu impacto sobre a pobreza vis-à-vis a um reajuste no valor básico do programa, que afeta tanto o valor dos benefícios como o número de beneficiários.

Segundo Marcelo Neri, Diretor do FGV Social, os desajustes no Bolsa Família dos últimos 5 anos significaram um ajuste fiscal nos ombros dos mais pobres que quase não contribuiu para a questão fiscal do país e ainda desprotegeu os brasileiros mais vulneráveis durante um período de crise econômica. Sem contar que isto tornou a recuperação da economia ainda mais devagar, uma vez que menos renda nas mãos dos mais pobres significa menos consumo em geral, visto que este grupo da população tende a consumir uma maior parte do seu orçamento familiar. Assim, as "rodas" da economia rodaram mais devagar com os desajustes no programa.